



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 09/2013

UNIDADE JURISDICIONADA: DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

CÓDIGO SIAFI: 120132

SIGLA: DEPENS

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 03 A 07 DE JUNHO DE 2013

DIRIGENTE MÁXIMO: TENENTE BRIGADEIRO DO AR LUIZ CARLOS **TERCIOTTI**

EXERCÍCIO: 2012

PORTARIA CENCIAR Nº 20-T/CENCIAR1, DE 07 DE MAIO DE 2013.

PROCESSO Nº 67022.000509/2013-06

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

A finalidade do trabalho foi analisar os aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 124, de 5 de dezembro de 2012, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2012, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental e entrevistas.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

O Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) elaborou as peças a ele atribuídas, quanto aos formatos e conteúdo obrigatórios, exceto quanto aos seguintes pontos do Relatório de Gestão:

- a) Na folha de rosto foi citado o Manual MCA 172-3, que não é mais do Controle Interno, e no item 1.1 (Relatório de Gestão Consolidado), quadro A.1.2 (QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO) faltou incluir as demais unidades subordinadas ao DEPENS. Exemplo: CDA, ECEMAR, EAOAR, CIAER, PABQ, PABH, PAYS, PAGW;
- b) No item 1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade, e no item 1.3 (Organograma Funcional) foi apresentado apenas o organograma interno do DEPENS não tendo sido apresentadas informações referentes a algumas unidades consolidadas, faltando incluir as demais unidades subordinadas ao DEPENS. Exemplo: ECEMAR, EAOAR, CIAER, PABQ, PABH, PAYS, PAGW;
- c) As páginas do relatório não foram numeradas sequencialmente (iniciando a contagem a partir da folha de rosto) e sim indevidamente a partir da capa, sendo a numeração expressa graficamente a partir do sumário;
- d) A utilização da sigla/palavra UJ/Unidade Jurisdicionada para as organizações subordinadas não é indicada. Para o TCU, UJ é o DEPENS, incluídas todas as suas organizações subordinadas. Exemplo: página 108, primeiro parágrafo;
- e) No quadro A.7.1 (DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO) o cabeçalho está preenchido indevidamente "Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ" quando deveria ser "Quantidade de imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ";
- f) No quadro A.7.3 (DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ) deveria ser repetido, a cada página, o cabeçalho do quadro para facilitar a leitura e entendimento;
- g) A fontes dos dados apresentados não foi informada em diversas tabelas e quadros;
- h) No quadro A.4.15 (DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO) foram informados, indevidamente, todos os elementos de despesa, quando deveria ser informado apenas os três primeiros elementos de maior valor e somando-se os demais valores em uma linha.

O item do Relatório referente à declaração do contador foi preenchido pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, que de acordo com a Portaria nº 131/GC3, de 4 de março de 2010, aprovada pelo Comandante da Aeronáutica, que aprova o Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA (ROCA 20-8), à SEFA tem por finalidade superintender e realizar as atividades de contabilidade, relativas aos recursos de qualquer natureza do COMAER, sendo sua Subsecretaria de Contabilidade é responsável por analisar e avaliar as Demonstrações Contábeis das UG do COMAER, dos Órgãos COMAER, do FAER e da Autarquia, elaborando as competentes declarações e notas explicativas (Art. 8º, ROCA 20-8).

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos consistiu na análise e avaliação das informações apresentadas pela Unidade em seu Relatório de Gestão referente à execução física das ações sob sua gestão.

O DEPENS elaborou o Plano Setorial, PCA 11-34, o qual está formalizado e alinhado com os objetivos estratégicos do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

Verifica-se também coerência entre os objetivos apresentados no Plano Setorial e os macroprocessos finalísticos identificados pela unidade.

O relato apresentado, detalhando os objetivos estratégicos, as estratégias adotadas, e a execução do plano de metas, não ficou claro, posto que há um detalhamento muito grande de objetivos e de resultados, não sendo fácil a visualização da correlação existente entre eles.

Nos itens 1.4 e 1.5 Macroprocessos Finalísticos e Macroprocessos de Apoio, respectivamente, verifica-se também uma mescla de assuntos, pois além de apresentar os macroprocessos da unidade são apresentados matérias não pertinentes aos tópicos em análise como por exemplo ações de pacificação dos morros do Rio de Janeiro.

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

A unidade apresentou em seu Relatório de Gestão treze indicadores. Esses indicadores foram segmentados em temas e objetivos a serem apoiados. Para facilitar a visualização, os indicadores são os abaixo listados:

Tema	Objetivo	Indicador
Infraestrutura	Capacitar a infraestrutura de apoio ao ensino	Índice de disponibilidade anual de aeronaves
		Índice de aproveitamento de missões programadas
		Percentual de incidentes e acidentes em instrução aérea
Capacitação de recursos humanos	Adequar a capacitação de recursos humanos	Percentual de avaliações positivas pós-curso
		Índice de participação dos alunos do EPCAR no ENEM
Sistema de ensino da Aeronáutica	Quantificar a titulação do corpo docente	Índice de titulação do corpo docente
		Custo anual por professor
		Índice de capacitação dos recursos humanos em TI
Processos de ensino	Aperfeiçoar os processos do sistema de ensino da Aeronáutica	Índice de eficiência acadêmica para o CFOAv
		Índice de alunos desistentes
		Índice de retenção do fluxo escolar
		Custo do aluno para a escola no ano
		Número de processos judiciais no ano

Todos os indicadores representam avaliações quantitativas dos processos do DEPENS e de suas unidades subordinadas, exceto o Percentual de Avaliações Positivas Pós-curso, que apresenta uma abordagem qualitativa, uma vez que possibilita uma avaliação do curso ministrado com base no desempenho apresentado pelos alunos egressos, no decorrer de sua atuação profissional.

Verifica-se que o DEPENS tem utilizado o indicador de Avaliações Positivas Pós-curso através do relato apresentado no Relatório de Gestão em relação a deficiências no ensino das línguas inglesa e espanhola.

Assome

4. RESULTADOS DOS INDICADORES DE PROGRAMAS E AÇÕES

A unidade apresenta o objetivo 0462 – Elevar a capacidade operativa da Aeronáutica Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego. Esse objetivo encontra-se vinculado à iniciativa 01HM – Formação e capacitação de recursos humanos da Aeronáutica Brasileira. A meta física de 13.865 alunos capacitados foi realizada em 13.083, representando 94,36% do planejado.

A iniciativa 01HM desdobra-se em cinco ações executadas por unidades diretamente subordinadas ao DEPENS, bem como por unidades não subordinadas, mas que são responsáveis pela execução em função de suas missões.

No item 4.2.1, quadro A.4.7 (IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ) a denominação está incorreta. As Unidades Orçamentárias (UO) são Comando da Aeronáutica (UO código 52111) e Fundo Aeronáutico (UO 52911).

A UJ deverá atentar para a coerência da informação prestada, visto que as colunas de "Despesa Liquidada" e "Valores Pagos" dos quadros A.4.14 e A.4.15 (DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO e DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO) estão divergentes.

5. CONTROLES INTERNOS

Considerando a missão do DEPENS “Planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e à pós-formação do pessoal do Comando da Aeronáutica” (Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica - ROCA 20-10/2008), o DEPENS conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus objetivos institucionais, pois suas estratégias e os objetivos são estabelecidos, o negócio está estruturado com suas diversas unidades subordinadas. Fatores como valores éticos da organização, competência profissional, e desenvolvimento de pessoal são presentes na organização de forma contínua. Carece de tratamento dos riscos identificados visto que não há formalização dos mesmos, a fim de administrá-los e transmitir para o efetivo a importância do gerenciamento e controle dos riscos para a obtenção de ambiente interno que seja propenso à execução das atividades sem a possibilidade de descontinuidade das atividades.

Quanto à avaliação de risco, não há no DEPENS uma centralização formalizada dos riscos inerentes às atividades de seu sistema. Dos itens avaliados, especialmente no tocante aos riscos, não há documento que suporte a auto avaliação realizada. As informações apresentadas sobre riscos denotam que não é realizado um acompanhamento metodológico de avaliação e acompanhamento de riscos. Apenas é realizado um acompanhamento não sistematizado.

São identificadas no DEPENS diversas atividades de controle, visto que a Alta Administração realiza revisões do planejado conforme demandas do Comando da Aeronáutica, e alterações ocorridas no orçamento do exercício. Por meio das reuniões da administração, prática adotada pelas unidades do COMAER, são examinados os desempenhos das atividades principais da organização. O processamento da informação é realizado por meio de diversos programas de TI utilizados no COMAER, para controle de patrimônio móvel e imóvel, tramitação de documentos, comunicação entre o efetivo das organizações, são realizados controles físicos dos diversos bens e valores, conforme preconiza várias normas internas e externas ao COMAER, as funções são segregadas, reduzindo risco de erro ou fraude.

A informação e comunicação interna e externa são consideradas suficientes e atendem os diversos níveis das organizações posto que no COMAER são utilizados diversos tipos de

canais como, por exemplo: publicações no Boletim Interno Ostensivo, Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, fax, telefone, mensagens diretas, correio eletrônico, Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER) para orientações (documentos formais), reuniões da administração, e informações disponibilizadas ao público interno do Comando da Aeronáutica pela INTRAER (intranet).

O monitoramento contínuo é incorporado à rotina das organizações de Ensino por meio das atividades de controle e as autenticações realizadas pelo setor de controle interno das unidades subordinadas, com apoio das diversas organizações que participam de determinados processos, como exemplo é possível citar a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica que acompanha a execução financeira e orçamentária de todas as organizações do COMAER. Além do monitoramento, ocorrem nas unidades, avaliações independentes realizadas pelo próprio DEPENS em suas unidades subordinadas, do CENCIAR, periodicamente, em todas as unidades, inclusive as do DEPENS.

6. GESTÃO DE PESSOAS

Considerando que o DEPENS possui duas vertentes referentes a pessoas, uma refere-se ao pessoal que é formado pelas unidades do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS), discentes, para atender as demandas estabelecidas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) para as unidades do COMAER, e outra para atender as necessidades do próprio sistema de ensino, os docentes e a parte administrativa.

Constata-se pelo relato no item referente ao pessoal, que as dificuldades na formação do pessoal é inerente à missão da UJ, não apenas uma atividade de apoio, principalmente porque impactará nas atividades das demais unidades visto que os alunos, cadetes, militares e etc, que estão sendo formados são considerados força de trabalho das unidades.

É notório que a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) está deficitária no número de instrutores em diversas especialidades da escola (conforme citado no RG página 101 e 102), tendo recorrido a medidas emergenciais para suprir essa necessidade como o caso apontado ao apoio dado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) ao Grupamento Básico de Controle de Tráfego Aéreo (GBCT), o que denota que a força de trabalho não está adequada para as necessidades da EEAR.

Os registros de pessoal são efetuados através do Sistema Informatizado de Gestão de Pessoal (SIGPES), que é o sistema corporativo do COMAER, para a gestão de pessoal militar, e pelo SIAPE, para o pessoal civil. Como atividade de controle interno, foram realizados os cotejamentos mensais do pagamento de pessoal, que faz a verificação, por parte de uma comissão formada por militares estranhos ao setor de pessoal, publicada em boletim ostensivo da unidade, de vários procedimentos relativos ao pagamento de pessoal no exercício de 2012, que observam entre outras coisas, a média de recebimento, conciliação entre folha de pagamento e relação de efetivo, lançamento de matérias financeiras com a respectiva publicação em Boletim Interno.

O DEPENS não desenvolve política de recursos humanos relativas ao efetivo militar e civil de carreira, não sendo, portanto, de sua responsabilidade admissões, políticas de remuneração, cessões, requisições, concessões de aposentadorias, concessões de reforma e concessões de pensão. Tais políticas são executadas em nível estratégico pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) no âmbito do Comando da Aeronáutica, sendo executadas e operacionalizadas pela Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP), que é a Unidade que controla todas essas atividades, e pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas (SDIP).

Quanto à consistência dos controles internos, os mesmo são considerados adequados,

visto que em cada unidade possui setor de pessoal e seus controles internos, de maneira sistêmica, nota-se que o DEPENS como órgão de direção setorial de ensino da Aeronáutica, não possui para a área de pessoal, informações gerenciais que subsidie determinadas análises, como é possível constatar pelas inconsistências numéricas observadas nas tabelas referentes à força de trabalho da UJ e suas OM subordinadas, visto que:

A força de trabalho do DEPENS, estrutura composta com suas unidades subordinadas, é de 8.402 servidores efetivos, conforme informação constante do Relatório de Gestão, no entanto, há inconsistência entre os totais dos quadros A.6.1 (Demonstração da Força de Trabalho), A.6.4 (Qualificação do quadro por idade) e A.6.5 (Qualificação do quadro por escolaridade), 8.402, 8.511 e 8.910 respectivamente.

O quadro A.6.1 (FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12) apresenta inconsistência no saldo final do RG de 2011 (5.101) com o Relatório de Gestão de 2012 (saldo é de 8.624), devido à inclusão dos discentes como força de trabalho.

No quadro A.6.2 (SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12) o item "1.1.3 Outras situações previstas em leis específicas" não foi feita a especificação das leis dos civis cedidos.

O quadro A.6.6 (QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES) apresenta inconsistência na coluna TOTAL.

A unidade informa, no item 2.3, a ocorrência de aumento nos Processos Administrativos Disciplinares. A equipe de auditoria identificou que essa denominação foi utilizada de forma indevida, pois a unidade estava se referindo a apurações disciplinares que incidem sobre os alunos da EEAR, sendo na realidade o que se denomina Apuração de Transgressão Disciplinar.

Relacionada às atividades de fiscalização de atos de admissão e desligamento de pessoal, e de concessão de aposentadoria, de reforma e pensão em 2012, a SUAUD-3 (a partir de setembro de 2012 CENCIAR 3) é responsável pelo exame, apreciação e registro dos atos de admissão e de desligamento de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), observando as disposições contidas na Instrução Normativa nº 55, de 24 de outubro de 2007, do TCU, na Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, atendo-se às instruções contidas no Manual do Usuário do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC (Portaria TCU nº 113, de 22 de abril de 2003).

7. TRANSFERÊNCIAS

No item 5.3 Transferências de Recursos, a unidade informou a existência do convênio CIAAR-INFRAERO. Entretanto, a equipe de auditoria verificou que o preenchimento desse item foi indevido uma vez que o agente concedente do referido convênio é a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

O DEPENS e suas unidades subordinadas não possuem nenhum instrumento de transferência de recursos vigente, no qual sejam responsáveis pela liberação dos recursos.

8. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O Departamento de Ensino da Aeronáutica (Sede) não executa diretamente suas despesas. Suas necessidades de materiais e de serviços são supridas pelo Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), que é responsável pela realização das licitações e assinaturas dos contratos administrativos.

Os procedimentos licitatórios realizados pelas unidades subordinadas pelo DEPENS são

verificados por ocasião das auditorias de conformidade realizadas pelo Órgão de Controle Interno do COMAER.

No âmbito da UJ - DEPENS, a regularidade dos processos licitatórios, bem como a qualidade dos controles internos administrativos, são atribuições de diversos agentes da administração de uma unidade dentro do COMAER, conforme o previsto no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA - RCA 12-1/2004), quando se trata de uma Unidade Gestora Executora (CIAAR, EPCAR, UNIFA, AFA, EEAER E FAYS), que é uma Unidade Administrativa que gerencia e processa recursos creditícios e/ou financeiros e realiza atos de gestão patrimonial, a unidade conta com uma composição básica de agentes da administração Agente Diretor, Ordenador de Despesas, Agente de Controle Interno, e Gestor de Finanças.

O Agente Diretor é o responsável pela direção das atividades administrativas, cabendo à sua autoridade a fiscalização das atividades relacionadas às contratações da OM, por meio da nomeação de pessoas. Destaca-se o Ordenador de Despesas, função subordinada ou acumulada com a função de Agente Diretor, autoridade responsável pela direção das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais, a quem fica atribuído a atividade de planejamento das compras e contratações, e as decisões relacionadas ao procedimento licitatório, e demais atividades que demandam da autoridade competente da entidade da Administração Pública, conforme disposto nos procedimentos previstos na Lei nº 8.666/93.

Para a verificação da legalidade, veracidade, formalidade, correção contábil e a veracidade dos controles existentes dos procedimentos administrativos, o Agente Diretor e Ordenador de Despesas são assessorados pelo Agente de Controle Interno, a quem compete à formulação de atividades de controle, e verificar a obediência dos processos aos preceitos legais, este agente conforme detalhamento de atribuições no RADA, dedica especial atenção às atividades de compras e contratações, especialmente das atividades dos gestores que executam diretamente licitações e contratos, finanças, e controle de materiais.

Os processos de licitação do DEPENS são submetidos à assessoria jurídica das Consultorias Jurídicas da União, porém conforme relato (página 55, do RG): “Houve dificuldades de ordem prática na obtenção de pareceres jurídicos para os processos licitatórios, haja vista algumas Escolas encontrarem-se distantes da região metropolitana, onde se encontra a Advocacia Geral da União, órgão responsável pela aprovação de editais.” e “Os processos de Inexigibilidade de Licitação, em quase sua totalidade, foram utilizados para pagamento de serviços públicos.”

Na gestão de compras e contratações, os valores empenhados no exercício atingiram o montante de R\$ 115.568.979,64, sendo que, desse total, R\$ 3.278.196,68 (2,83%) foram por meio de 32 processos por inexigibilidade, e R\$ 10.676.092,27 (9,23%) foram por meio de 589 processos por dispensa de licitação, no exercício de 2012.

Em relação ao consumo de papel, energia elétrica e água os programas objeto de adesão são programas do Governo Federal e não programas internos desenvolvidos pela unidade. Ademais só foram feitos relatos do EEAR e do CIAAR deixando de apresentar comentários das demais subordinadas.

8.1 Restos a pagar

Verificando as informações do item 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, a equipe de auditoria identificou a ocorrência de incoerências no preenchimento do Quadro A.5.2. Questionado, o gestor apresentou o quadro corrigido, que está apresentado logo abaixo, acompanhado do seguinte comentário:

“Com referência ao montante inscrito em 2010 na tabela supra, trata-se, na verdade, de

valor reinscrito o qual foi lançado nesta coluna em virtude da tabela não prever essa situação, o que causaria, se não informado, dificuldade de interpretação visto que foram feitos pagamentos de valores os quais não foram indicados na tabela. No que se refere às reinscrições de RP, de acordo com o consultado no SIAFI, as situações ocorreram em duas Organizações Militares nas quais o recebimento definitivo dos serviços dependiam de pareceres técnicos. Em ambos casos o pagamento ocorreu ainda no primeiro semestre de 2012.”

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES VALORES EM R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	409.464,39	4.401,75	404.211,84	850,80
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	34.778.618,65	350.470,18	32.946.410,95	1.481.737,52
2010	240.825,80	-	240.825,80	-

9. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

A unidade não apresentou gastos com suprimento de fundos, contas tipo B ou cartões de crédito corporativo.

10. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Não foram assumidos passivos sem a prévia previsão orçamentária.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A equipe de auditoria constatou, através de entrevista com o gestor, que as avaliações apresentadas no Relatório de Gestão representam a realidade encontrada na unidade.

A Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI) é responsável pela gestão de tecnologia da informação do DEPENS e tem sofrido com a falta sistêmica de recursos humanos. No exercício de 2012 contou com apenas 2 profissionais em sua lotação.

No Relatório de Gestão, foi informado no quadro A.8.1 a inexistência do Comitê de TI e a ausência de acompanhamento do desempenho institucional, uma vez que não foram estabelecidos objetivos e metas de gestão.

Em relação ao PDTI, a equipe de auditoria, em um primeiro momento, identificou uma certa incoerência entre as respostas apresentadas no quadro A.8.1. O gestor confirmou suas respostas justificando que possui PDTI formalizado e que existe vinculação entre ações de TI e metas de negócio, mas que o PDTI não havia sido aprovado e publicado pela unidade no Boletim Interno da Aeronáutica.

As contratações de serviços de TI são realizadas pelo Centro de Computação da

12. IRREGULARIDADES

Não houve, no exercício, abertura de processo de Tomada de Contas Especial ou de sindicância que envolva responsável arrolado no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 e no art. 5º da DN TCU nº 124/2012.

13. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

As unidades subordinadas do DEPENS que possuem imóveis têm em sua estrutura um setor responsável pela gestão de patrimônio imobiliário, que entre outras atribuições relacionadas aos imóveis, cuidam da regularização, reavaliação, manutenção, conservação e reformas. As instalações ocupadas pelo DEPENS, em Brasília, estão sob a responsabilidade do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), organização mantenedora do prédio do COMAER, na Esplanada dos Ministérios.

No quadro A.7.1 da página 130, os imóveis não se referem a aluguéis, são imóveis de propriedade da União que foram indevidamente informados no referido quadro.

Quanto à estrutura tecnológica, os imóveis possuem controle informatizado por meio do Sistema de Gerenciamento de imóveis Especiais da União - SPIUNET, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imóvel da Aeronáutica - SIGPIMA.

Quanto ao pessoal responsável, conforme o previsto no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA - RCA 12-1/2004), nas unidades que administram imóveis de propriedade da União, é designado um gestor de imóveis com a função de receber, cadastrar, alterar, avaliar e reavaliar todos os bens patrimoniais imóveis sob a responsabilidade da unidade, executando os lançamentos e acompanhamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que conforme a quantidade de imóveis e atividades possuem uma equipe para auxiliar nessas atividades.

A verificação da qualidade dos controles internos relacionados à gestão de imóveis é atribuição desde o agente diretor, passando pelo ordenador de despesas, com o maior número de atribuições ao Agente de Controle Interno.

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não aplicado à natureza jurídica das UJ do Comando da Aeronáutica.

15. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

No quadro A.10.1 (CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO) a situação apresentada não se encontra mais sob a esfera do DEPENS/CIAAR, em agosto de 2012 o COMAER transferiu a execução do convênio Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica CIAAR-INFRAERO para a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), organização da estrutura do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

IV - RECOMENDAÇÕES

1. Efetuar análises críticas mais aprofundadas sobre as informações apresentadas nos quadros e tabelas do Relatório de Gestão, ressaltando situações em que ocorra mudança no critério de preenchimento em relação ao ano anterior;
2. Reforçar a gestão de TI, criar o Comitê de TI, aprovar e publicar o PDTI;
3. Informar as metas financeiras, previstas e realizadas, para os objetivos, iniciativas e ações de programas temáticos;
4. Formalizar a sistemática de avaliação de riscos inerentes às atividades exercidas pelo DEPENS e fazer revisões periódicas dos controles existentes para mitigá-los, e possibilitar melhorias nas atividades de controle interno;
5. Efetuar uma análise crítica das informações recebidas das unidades subordinadas (consolidadas), esclarecendo a abrangência das informações sobre o pessoal, assim como rever os valores apresentados a fim de garantir que não haja divergência entre as informações ou, se for o caso, apresente justificativas que esclareçam as divergências;
6. Realizar revisão geral do Relatório de Gestão com a finalidade de garantir a unidade das informações, cuidando para não apresentar informações extremamente detalhadas;
7. Apresentar nos próximos Relatórios de Gestão, o acompanhamento da série histórica de seus indicadores gerenciais, acompanhados dos respectivos parâmetros pré-estabelecidos pela Unidade;
8. Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2013.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2012.

Brasília, 19 de julho de 2013



FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA MOURA – Cel Int R/1



ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES – 2º Ten QCOA CCO



JULIANA ALBERTINA PACHECO NOEL - AFC